
Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

R E S U M O

A falsificação de inscrições romanas no tempo do Renascimento visava, sobretudo, proporcionar às cidades uma origem remota e atribuir-lhe personagens ilustres. A matéria-prima utilizada era o mármore. Na actualidade, o móbil da falsificação é predominantemente económico, no âmbito do mercado de antiguidades e, por isso, torna-se mais rendível a falsificação de documentos em suporte de bronze. Estuda-se aqui uma tésseira proveniente precisamente desse mercado, que — pelas suas características tipológicas e, sobretudo, textuais — pode suscitar perplexidades. O objectivo é, pois, o de lançar a discussão no mundo científico, interrogando-nos sobre o que se deve fazer em casos semelhantes: ignorar ou correr o risco de a dar a conhecer assim? O autor preferiu correr conscientemente esse risco.

R É S U M É

Au temps de la Renaissance, on a fait des inscriptions ‘romaines’ envisageant l’attribution aux villes des origines anciennes et des personnages vraiment célèbres. On pense, par exemple, au cas de la Lusitanie romaine, où André de Resende, ayant à la main le marbre de Vila Viçosa, a procuré des textes pour montrer l’importance de sa *Liberalitas Iulia Eborae*. Aujourd’hui le marché des antiquités, si bien qu’il y ait aussi des exemples de fausses en marbre, s’intéresse le plus par le bronze, étant donné que sur des tables de bronze les Romains nous ont laissé des règlements juridiques assez importants et l’utilisation des détecteurs de métaux y peut très bien servir. En face d’une possible inscription non-authentique, quelle doit être l’attitude scientifique du chercheur? L’ignorer tout court ou bien la présenter en tant que telle à la discussion de ses paires? C’est la deuxième hypothèse que l’auteur a consciemment adoptée, en présentant une *tessera* dont la typologie et le texte posent bien de problèmes.

A invenção de documentos romanos

Tive ocasião de me debruçar sobre a invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende (Encarnação, 1991, pp. 177–205 = 1998, pp. 29–56). E se subordinei esse capítulo à expressão “politicamente falsários” foi para acentuar que, nesse período, o que importava era mostrar a valentia dos Portugueses perante um povo colonizador, os Romanos, para, de certo modo,

atiçar o orgulho nacional face ao poderio espanhol que se preparava para integrar Portugal como sua província.

Estamos a assistir também na época nossa contemporânea à invenção de epígrafes que se apresentam como documentos singulares, sugestivos, eloquentes. Raramente, porém, se visam, agora, objectivos estritamente históricos; e é no mercado de antiquários que as poderemos encontrar, mormente se forem ‘bonitinhas’ e fáceis de ajeitar como bibelôs... Uso a palavra ‘invenção’, como se depreende, no seu duplo significado: no etimológico e concreto, de *invenire*, “encontrar”, e no sentido figurado de... “imaginar”, “fantasiar”.

Recorde-se que, em relação a André de Resende, Emílio Hübner, o epigrafista alemão que assumiu o encargo, por parte da Academia das Ciências de Berlim, de elaborar o *corpus* das inscrições romanas da Península Ibérica (*CIL* II; *CIL* II *Suppl.*), ao ter verificado que o humanista forjara diversas inscrições, acabou por considerar que todas aquelas de que só havia notícia através dele seriam obrigatoriamente falsas. Verificou-se depois que tal não correspondia à verdade e ainda hoje se discute, por vezes, se determinado monumento deve ou não ser tido na conta de autêntico. É, por exemplo, o caso duma ara de Évora, que eu reputo forjada (Encarnação, 2007–2008, pp. 213–218) e que outros investigadores têm como autêntica; ou o da homenagem feita à célebre flamínia eborense Labéria Gala (*CIL* II 114; *IRCP*, p. 442), de que se diz que os meus argumentos em prol da sua não-autenticidade são manifestamente insuficientes (Étienne, 1990, p. 221, n. 26; Delgado, 2000, p. 140, n. 68). Ou seja: se um mentiroso mente uma vez tal não significa que, à partida, tudo o que ele diga é mentira e se considere que nem vale a pena “gastar cera com tão ruim defunto”! Por vezes, pode ser que valha — e por isso André de Resende continua a ser estudado e continuam a gerar polémica as páginas que escreveu (Resende, 1593, 1783³).

Dada a frequência com que se têm encontrado nos últimos tempos — por via da utilização (ilegal) de detectores de metais... — algumas tábuas de bronze romanas, que, por terem, em geral, textos jurídicos¹, despertam o maior interesse por parte dos historiadores, regista-se o ‘achamento’ de algumas que, por este ou aquele motivo, fazem os epigrafistas desconfiar da sua autenticidade. O caso mais discutido tem sido, sem dúvida, o da *tabula hospitalitatis* da *civitas Lougeiorum*, achada perto de Lugo, nomeadamente por fazer referência a um, até então desconhecido, *conventus Arae Augustae*, esgrimindo-se, pois, opiniões a favor e contra (Rodríguez Colmenero, 1996, pp. 301–315, traça um ponto da situação acerca desta polémica).

A observação paleográfica textual pode facultar, em termos gerais, adequadas pistas para uma conclusão, embora nem todos o aceitem. A análise metalográfica poderá vir em auxílio, mas hoje também sabemos quanto é fácil deixar uma peça em determinadas condições físicas para que o resultado seja viciado...

Mais fácil parece ser a verificação de autenticidade de uma inscrição em pedra. Primeiro, porque é mais difícil obter uma pátina adequada; depois, porque um texto lapidar é mais estereotipado e carece de obedecer a regras bem precisas, nem sempre do conhecimento de quem se dispõe a forjar uma epígrafe. Contudo, não estamos isentos dessa possibilidade e estou a recordar que José Cardim Ribeiro me deu a conhecer, a 25 de Outubro de 1998, o texto de duas pedras que vira, no Carnaval desse ano, num antiquário em Borba e que eram manifestamente obra da actualidade. Numa delas, segundo o que pôde copiar, ler-se-ia algo como:

FORTVNAEINOQVA
 CVRIA AVGVSTA EMERITA
 LEG · P · CARISIVS DIVI POST
 MVNICIPII · SVFFRAGIO · FERTO
 ///// COS ANNA

Na outra:

DMS RVTILIANVS
VIXIT ANN XXII
H. S. E S. T. T L. LVCIVS
RVTILIANVS PATER
FILIO PIE(n)TIS(s)IMO

Desta, a última linha reconstituiu-a Cardim Ribeiro com base no resto de letras que se viam; assinalou-me, porém, que “na 1.^a e 2.^a linhas, os TT foram gravados II; os pontos, na l. 3, são bem redondos e em baixo...”.

Contudo, nessa mesma carta, acrescentava:

“Porém, na loja de Estremoz, observei uma *tabula* não moldurada, em mármore local, que me pareceu – talvez – verdadeira. Ou, então, muitíssimo bem falsificada... Aliás, era a única que tinha proveniência segura: da freguesia de S. Domingos de Ana Loura, conc. Estremoz. Diz o seguinte:

LICINIVS L · L ·
FAVSTVS · H · S E
LICINIA · L · L ·
OPTATA · SIBI
ET · PATRONO
DE SVO · S · T · T · L

Será verdadeira? Seja como for, o texto é algo estranho, convenhamos... Seria *Licinia Optata*, que teria feito o monumento para si e para seu patrono, liberta de *Licinius Faustus* também ele ainda um liberto?!”

Não fora possível tirar fotografias e respondi-lhe por fax, no dia seguinte, a concordar: a de *Carisius* “tem jeito de ser mais dos finais do XIX e princípios do XX, atendendo ao texto e ao que, nessa altura, seria alvo de discussão científica: a actuação do *legatus* na fundação de Mérida”. Das outras duas haveria que encontrar, um dia, a “fonte de inspiração”...

Mas o que desde logo ambos ressaltámos foi o “que isso significa de “entrada” da epigrafia no quotidiano das gentes, inclusive dos falsários nossos contemporâneos, que assim se divertem!”.

Por consequência, quando o epigrafista se vê confrontado com uma peça invulgar de aspecto e estranha no conteúdo textual, por fugir às regras até aqui consagradas, por aparentemente dar a conhecer algo de inopinado, mormente se a proveniência lhe não é fornecida com exactidão (pois procede do mercado de antiguidades), pode, consequentemente, ter duas atitudes: ou espera pacientemente pela obtenção de elementos que lhe possibilitem opinião mais fundamentada ou corre o risco de ser considerado ingénuo e procede ao estudo, expondo-se à opinião crítica dos seus confrades.

Não peguei nas inscrições de que J. Cardim Ribeiro teve a gentileza de me dar conhecimento, à espera de melhor ocasião. Mas, ao ser-me presente a peça alvo deste estudo preliminar, delas me lembrei de imediato e decidi, neste caso, optar pela segunda via, até porque, mesmo que venha a verificar-se que se trata de uma epígrafe não-autêntica, os problemas que levanta são susceptíveis de levar a reflexões históricas com interesse.

A tésseira

Propriedade de Joaquim Pessoa², que a adquiriu a quem a terá encontrado, no princípio da década de 80, no termo de Campo Maior (Alto Alentejo), a tésseira que nos vai ocupar é uma placa rectangular, de bronze, moldurada, com anel para suspensão na parte superior (Fig. 1).

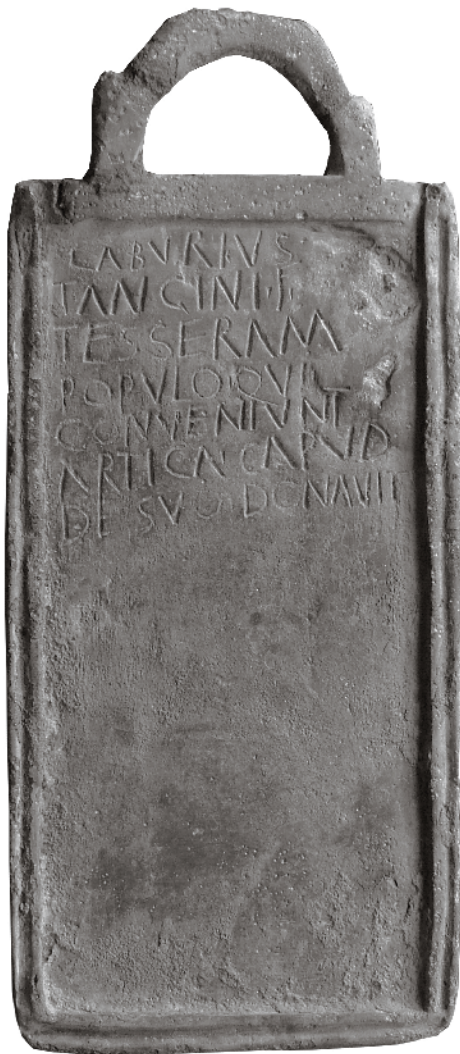


Fig. 1 A tésseira. Foto de Guilherme Cardoso.



Fig. 2 A face posterior da tésseira. Foto de Guilherme Cardoso.

A moldura, que não foi ‘soldada’ — facto que não é de somenos, uma vez que as peças deste género que se conhecem ou têm moldura que foi fixada ou não a têm —, dado que a placa-suporte deve ter sido feita em molde, apresenta-se em jeito de dois toros separados por meio-redondo côncavo, não muito salientes, porém: estão a cerca de 2 mm acima da superfície epigrafada; mede 0,6/0,8 cm de largo; mas, no bordo superior, a moldura é lisa e tem 0,9 cm de largura.

O anel de suspensão, em forma de arcada, sofreu fractura ou foi feito em duas partes, pois se notam bem, de cada lado, os vestígios de ‘soldadura’. É essa parte superior que está curva, como

que assentando em dois 'pilares' rectangulares solidários com a placa, embora também possam surgir dúvidas se, do lado esquerdo, não terá havido fractura também.

Quando a observei, antes de tratada laboratorialmente pela Dra. Sara Fragoso, a peça ainda mantinha bastantes restos de terra agarrados aqui e além e a película superficial da face posterior, alisada, estava a desagregar-se (Fig. 2).

Será, por conseguinte, levada a efeito uma operação laboratorial de limpeza e consolidação, aproveitando-se o ensejo para colher amostra mínima, a fim de se proceder à sua análise metalográfica e ajuizar, se possível, também por esse lado, da sua antiguidade. Os resultados dessa análise vão ser apresentados brevemente³.

O grande interesse da placa reside, como se imagina, no facto de nela ter sido gravada uma inscrição, passível, à primeira vista, de ser datável, pela paleografia e pelo conteúdo, dos primeiros tempos da ocupação romana na Lusitânia.

Dimensões: 17,2 x 8,9 x 0,3 cm.

Anel: altura máxima desde a moldura: 3 cm; altura interna: 2,2; largura do anel: 0,8/1,1; espessura: 0,5; distância entre as 'bases': 3,7 (interna), 5,9 (externa); altura dos 'pilares' de ligação: 2 cm (o da esquerda), 1,6 (o da direita).

Peso: 380 g.

Campo epigráfico: 15,5 x 7,4/7,6.

O texto

Leitura interpretada da inscrição (Fig. 3):

CABVRIVS
TANGINI · F(*ilius*) ·
TESSERAM
POPVLO · QVI ·
CONVENIVNT
ARTICA · CAPVD
DE · SVO · DONAVIT

O que significa:

Cabúrio, filho de Tangino, ofereceu, a expensas suas, a tésseira ao povo que se reúnem [sic] na capital Ártica.

Altura das letras: l. 1: 0,5/0,7; l. 2: 0,6/0,7 (F = 1); l. 3: 0,7/0,9; l. 4: 0,8 (O = 0,4 e 0,6); l. 5: 0,6/0,7 (O = 0,4, T = 0,8); l. 6: = 0,7 (P = 0,8); l. 7: 0,5/0,7.

Espaços interlineares: 1: 0,1/0,4; 2 e 3: 0,1/0,3; 4: 0,2/0,3; 5-7: 0,1/0,2; 8: 9/10.

Paginação de acordo com a lógica do texto, independentemente de haver os defeitos de fundição no ângulo superior direito, provocando 'covas' onde, mesmo que se quisesse, se não poderiam gravar letras. Há alinhamento do texto à esquerda e nota-se tendência para as linhas subirem um pouco da esquerda para a direita (vejam-se as medidas do espaço 8), a denotar a posição que o lapicida assumiu para fazer a gravação, a estilete. São bem visíveis os toques dos batimentos no segundo O (l. 4).

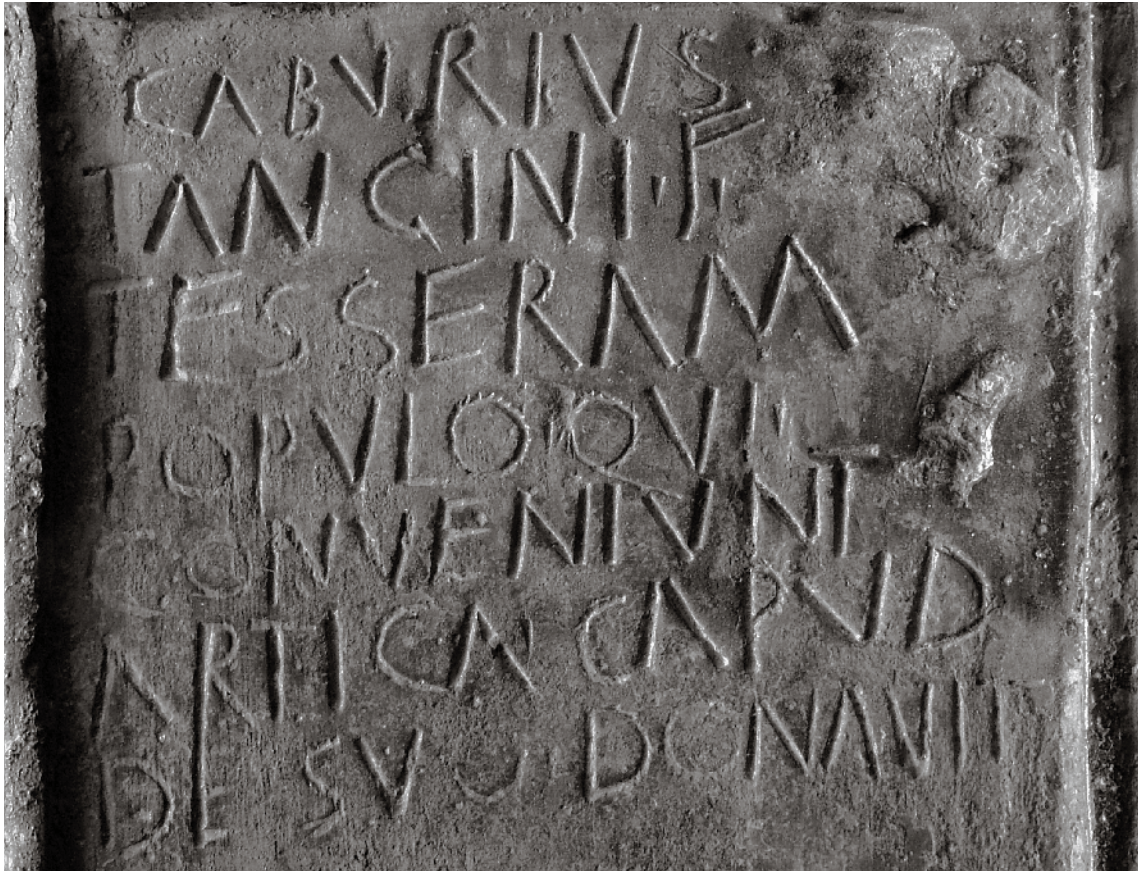


Fig. 3 Pormenor do texto. Foto de Guilherme Cardoso.

É uma escrita actuária, de *ductus* irregular, sendo de realçar os seguintes pormenores gráficos:

- A largo e sem barra, ainda que ela apareça, quase imperceptível no A da l. 1;
- B assimétrico, de pança inferior mais avantajada;
- R feito a partir do P, com perna longa e direita;
- P de pequena curvatura, que inferiormente não toca na haste vertical;
- I sem ápices, o que denota influência de modelos antigos (Battle, 1946, p. 13);
- S simétrico;
- E e F de barras oblíquas, para cima, sendo de notar a grafia do F com essas barras muito em cima e delicadamente traçadas;
- G gravado a partir do C com brevíssima barra oblíqua, também a indicar antiguidade (Battle, 1946, p. 12, fig. 9, n.º 5);
- M bastante aberto;
- Q desenhado a partir do O, com perna longa e oblíqua;
- T de barra horizontal.

A pontuação, correctamente colocada (no final das ll. 2 e 4 aparece para assinalar que é o fim, dado que, mormente na l. 4, havia espaço para mais letras), é constituída por breve e delicado traço vertical. Houve, de resto, a preocupação de não provocar lascagem, pois, por exemplo, tanto as hastes do V como as do A amiúde se não tocam no vértice.

Anote-se, ainda, que, embora pareça existir um F sensivelmente a meio do espaço inferior não ocupado por inscrição, trata-se, sem dúvida, de mera coincidência de semelhança, porque não é, de facto, uma gravação propositada.

Para uma possível integração histórica

O doador identifica-se à maneira indígena (nome único seguido de patronímico). E se de *Tanginus* – que também surge grafado com C – se registam inúmeros testemunhos na epigrafia da Lusitânia romana, de tal modo que se considera típico desse território (quase 120 exemplos: Navarro & Ramírez, 2003, p. 315, mapa 289), já de *Caburius* apenas se assinala no mesmo *Atlas* (Navarro & Ramírez, 2003, p. 121) um único testemunho, em S. Pedro do Sul, embora José María Vallejo (2005, p. 230) cite mais três: um em Talamanca del Jarama (de duvidosa interpretação, porém) e dois em Villalcampo (Zamora). Vallejo (2005, pp. 231–232) refere as diversas opiniões acerca do significado (quicá de origem etimológica céltica) desse ‘vocalismo’ *Cabur-*, sem que, no entanto, tome partido pela sua filiação céltica ou celtibérica.

Na capela da Senhora da Granja (Proença-a-Velha, Idanha-a-Nova), identificou F. Patrício Curado (2008, pp. 129–130) o altar dedicado por *Caburia Caturonia* a uma deusa (*Deiba*); o mais normal, neste caso, seria a interpretação de *Caturonia* como grafia errónea por *Caturoni f(ilia)*, hipótese que o citado investigador também refere, mas que não adopta; o aparecimento de epígrafes em que *Caburius* seja claramente um *nomen* confirmará a opção tomada; contudo, de momento, mantemos a ideia de se tratar de um nome único, de radical pré-romano. Não deixa, todavia, de ser aliciante verificar que – com todas as reservas que tal pode admitir – em duas inscrições de Ávila sejam mencionados membros de uma eventual ‘unidade suprafamiliar’ dos Caburáiticos [*Caburaiticum*] (Hernando, 2005, n.ºs 16 e 34); e que, em Astorga, se registre o teónimo *De(o) Vaco Caburio* (Mañanes, 1982, n.º 1); este autor assinala a presença do radical *Cabur-* e relaciona-o, por exemplo, com o etnónimo *Caburoniq(um)*.

A possível relação estreita entre antropónimos, etnónimos e teónimos, que recentemente sublinhei (Encarnação, 2009, p. 168), teria aqui mais um testemunho flagrante.

Foi, pois, Cabúrio quem, a expensas suas, ofereceu esta tábua. Do ponto de vista da interpretação da epígrafe, esta frase não suscita dúvidas, dado que *tessera* se deve interpretar como um ‘documento’, um ‘atestado’, uma ‘prova’.

O vocábulo *populo*, por estar em dativo, indica o beneficiário dessa dádiva; está, todavia, seguido de um pronome relativo (ainda que não concordante em caso) e de um verbo, que lhe precisam o significado: é o povo que se reúne, que converge – em sentido concreto ou em sentido figurado – para determinado sítio, pois isso é o que se depreende da forma *conveniunt*. A concordância *ad sensum* – verbo no plural, sujeito no singular – não é de estranhar por influência da expressão oral: trata-se do que, em gramática, se designa por concordância lógica ou silepse.

De resto, essa aparente não-obediência às estritas regras da escrita estará, em meu entender, bem patente na penúltima linha, onde se deveria ter grafado *Arctica* e *caput*. O abrandamento do /t/ em /d/ é corrente (ainda que, segundo pude verificar, não esteja registado nenhum exemplo em relação a esta palavra) e a omissão do <c> antes do <t> também não causa estranheza. Certo é que *caput* é neutro e *Arctica* é feminino; mas, em ambiente indígena dos primórdios dos contactos com a língua latina, alguém estranhará também aí a existência de uma silepse?

Mantendo-nos dentro do que se nos afigura lógico, qualquer destes dois vocábulos pode exercer as funções de adjectivo, dado que *articus* se poderá relacionar com o plural *artus*, “articula-

ções”, ou, de preferência, com o adjectivo *artus = arctus*, “apertado”, “estreito”. María Lourdes Albertos (1966, p. 256) refere-se a um antropónimo celta, *Artus*, que, na Gália e na Germânia, teria sido ‘recubierto’ pelo zoónimo *ursus*; não creio, todavia, que se deva ir por aí. Ora, adequam-se bem estas últimas características, de possível conotação estratégica, a um topónimo que se considera ‘capital’, ‘cabeça’.

Convenire constitui um verbo que implica movimento de convergência para um local. Postularia, em latim erudito, a preposição *ad* a reger um acusativo ou, quando muito, um ablativo. Ora, ainda que *Artica* pudesse ser ablativo, o mais visível é, contudo, que se trate de um nominativo, assim como o é *caput* também. Um solecismo que não é de estranhar.

Imaginamos, por conseguinte, que — no contexto das movimentações dos povos peninsulares nos primeiros tempos da ocupação romana — houve, a um dado momento, a convocatória de *populi* para determinado lugar, com a clara finalidade de criarem entre si laços de amizade e cooperação. Cabúrio poderia ter sido o mentor dessa convocatória e ao ‘chefe’ de cada grupo, como prova da aliança firmada e da confiança mútua recebida, entregou as tésseiras que tinha mandado fazer.

Sucede que não há a identificação do *populus*, uma vez que as tésseiras foram gravadas em série (diríamos hoje) e Cabúrio não sabia quem acudiria ao seu chamamento. Isto pode explicar, portanto, a paginação do texto na metade superior da face epigrafada: a metade inferior serviria para nela se gravar a identificação do *populus* e a sua aceitação da ‘amizade’ de Cabúrio. Exacto: estamos a pensar que a tésseira em análise nada mais é do que o ‘antepassado’ das *tesserae hospitales* subsequentes, em que há justamente duas partes distintas: alguém que se entrega e alguém que recebe a entrega — *in fidem clientelamque recepit* (v., sobre estes documentos, entre outros, Silva, 1983, pp. 9–26; Étienne, Le Roux & Tranoy, 1987, pp. 323–336; Beltrán, 2003, pp. 33–56). O ideal para o ofertante seria que a gravação fosse mesmo feita com estilete, a exemplo da parte superior; também poderia ser simplesmente pintada — o que não parece ter sido o caso, pois não há quaisquer vestígios de pigmentação diferente. Pura e simplesmente, afixada em local público, bem identificado o *populus* que acorrera à chamada, nada mais era preciso!

Nem *Artica* (ou *Arctica*) consta dos relatos das guerras pré-romanas nem *Caburius* se notabilizou a ponto de o seu nome vir referido pelos historiadores romanos. Poderia ter sido — tal como Viriato e Sertório, mas sem o prestígio nem a envergadura destes — prestigiado chefe local que logrou congregar em torno de si vontades com vista a um objectivo comum. Objectivo seguramente político, que arrastaria necessariamente consigo alianças socioeconómicas e de luta por uma identidade.

Algumas reflexões complementares

Depois de esboçadas as considerações atrás expendidas, dei-as a conhecer a quatro investigadores amigos, a fim de colher, desde logo, a sua opinião, e lançar, de imediato, a discussão acerca do significado do monumento e, naturalmente, acerca da possibilidade de estarmos perante algo forjado.

Tomo a liberdade de — com a devida vénia e sempre tendo em consideração que se trata de uma opinião formulada ‘a quente’, ou seja, perante o que eu enviei e sem a observação concreta do monumento mas tão-somente das fotos — dar conta, mui sumária, do que recebi e que muito agradeço.

Assim, Patrick Le Roux manifestou-se contra a autenticidade da tésseira, com base na tipologia (“La forme très allongée n’est pas celle que l’on connaît et la moulure n’est pas romaine”); na

paleografia (“L’écriture des A et des V est faite à la règle et le reste est très irrégulier de manière inhabituelle”); e nos erros gramaticais (“Le texte ne veut rien dire, *qui* pluriel ne peut pas avoir pour antécédent *populo* en bonne grammaire”). Para além de mostrar estranheza pelo facto de a peça, achada há anos, só agora ser dada a conhecer (“Il est inquiétant que l’on dise que cela fait 25 ou 30 ans que la plaque a été trouvée”), insinua que a presença de palavras como *capud* e *artica* se poderiam, quiçá, incluir-se nesta ‘onda’ “de ceux qui militent pour la mise en évidence d’une langue lusitanienne très à la mode”. Adverte que “les analyses métallographiques ne sont pas fiables dans la mesure où elles ne sont pas faites à l’étranger par des gens travaillant en aveugle”, uma vez que, por outro lado, “il est facile de laisser une plaque dix ans dans la terre et de la faire prendre pour de l’ancien à l’analyse”. Põe, ainda, a hipótese de o texto poder ter sido gravado “sur une plaque ancienne”.

Marc Mayer, por seu turno, apoia a prudência que adoptei (“Pode ser uma flor muito boa, mas também pode ser que não seja”), mormente porque “o *ductus* das letras não parece romano” e se nota alguma dificuldade em fazer as letras redondas — “Se vê a vacilação no sulco, e também a forma da D” —, o que lhe sugere “que a gravação seja recente e moderna”, embora ocorra interrogar-nos acerca do motivo que teria levado alguém a forjar um documento com estas características; assinala, ainda, que era preciso ter a peça nas mãos para melhor se observar a pátina; e termina afirmando que, se a pátina é antiga, “vamos ter mais um exemplo de que não sabemos nada dos Romanos, como aconteceu com a *tabula* que traz o nome do *conventus Arae Augustae*, ainda hoje discutida”.

Francisco Beltrán — ainda que ressalve a questão da autenticidade (“en el caso de que sea genuina”) — manifesta-se contra a ideia de estarmos perante uma espécie de ‘antepassado’ das *tesserae hospitales*, porque, diz, “es verdaderamente sorprendente su similitud con las llamadas téseras pagánicas que precisamente estoy estudiando ahora [...], con las que coincide formalmente (tanto en la forma de la pieza como en su tamaño y en el empleo del término tésera, aunque falta la referencia explícita al pago, podría tratarse de un acto similar, al menos tal y como yo interpreto estas piezas: una donación en un contexto festivo religioso según puede deducirse de *CIL IX 5565* (Tolentino); son del mismo tipo la de Bizerta (*CIL VIII 25423*) y *CIL XI 1957* (Perugia) y también la tésera de Gallur (*Hispania Epigraphica* 4, 1994, 950)”⁴.

Joaquín Gómez-Pantoja, a quem também me dirigi justamente devido a ter tido conhecimento da sua análise da tésseira de Gallur (Gómez-Pantoja, 2009, *passim*), considera a peça “interessantísima”: “No me convencen mucho tus argumentos para crearla un falso, salvo que el falsario sea un colega epigrafista, lo que sería una *reductio ad absurdum*”; e, embora saiba “que las falsificaciones son terreno tremendamente resbaloso”, sublinha que “la forma y el texto de la pieza recuerda mucho” as *tesserae paganicae*, “especialmente a la de Gallur”; e, claro, independentemente de estarmos perante um documento autêntico ou uma falsificação, a questão fundamental reside em saber “por qué había que dar una cosa así al *pagus* o al *populus qui conveniunt*”.

Em primeiro lugar, cumpre-me agradecer aos meus companheiros de jornada estas oportunas reflexões.

O facto de me ter chegado às mãos o citado livro coordenado por Rodríguez Neila, onde vêm as reflexões de Gómez-Pantoja, acabou por trazer nova luz ao que atrás escrevera, pois que, na verdade, as imagens ali apresentadas, ao contrário do que poderia pensar-se, não se afastam muito, afinal, da tésseira a cujo estudo dediquei as linhas anteriores. E se a observação da peça, à vista desarmada e à lupa, me havia dado a entender que se corria sério risco de estarmos diante de um documento antigo, sem qualquer vestígio de regravação, também a paleografia, a paginação e, até, a tipologia do bronze de Bizerta (Gómez-Pantoja, 2009, p. 113, fig. 5: desenho de Héron de Ville-

fosse), assim como a existência, aí, da fórmula final *d(e) s(ua) p(ecunia) d(edit)* me levaram a pensar que temos, na verdade, motivo mais do que suficiente para se encarar com seriedade este testemunho. O bronze de Gallur (Gómez-Pantoja, 2009, p. 94, fig. 2: desenho de Miguel Beltrán Lloris) apresenta igualmente o texto na parte superior, deixando por preencher larga porção inferior. Gómez-Pantoja sugere, se bem o entendi, que todo esse espaço poderia funcionar como *tabula cerata*. No fundo, essa ideia vem ao encontro do que atrás eu escrevera, sugerindo que se destinava a uma gravação posterior adequada. Ainda que não exista, no exemplar em estudo, o mínimo vestígio de que, alguma vez, tenha levado uma camada de cera, essa hipótese não fica, no entanto, invalidada por isso.

Conclusão

Elucubrei a partir dos dados disponíveis. Mero exercício epigráfico? Porventura.

Se a exposição do eventual significado da peça e as explicações dadas para justificar as inúmeras anomalias do texto do ponto de vista gramatical têm alguma validade é o que ponho à discussão. Se se verificar que o não têm e que o eventual gesto politicamente benemerente de Cabúrio, filho de Tangino, não era minimamente viável, algumas certezas nos restam e esse foi, de resto, o principal motivo por que não enjeitei a oportunidade deste estudo:

Primeira: apesar das incongruências gramaticais, quem fez o documento sabe de Epigrafia e, inclusive, foi buscar um antropónimo que, ao contrário do patronímico (*Tanginus*), não é nada frequente; e conhece a paleografia dos primórdios da ocupação romana.

Segunda: os paralelos passíveis de se lhe apontar, na sequência do notável contributo dos meus colegas (que de novo agradeço), reforçam, mau grado todas as incongruências textuais, a viabilidade de o documento ser autêntico e as análises laboratoriais, pese muito embora o cepticismo de Patrick Le Roux, poderão vir a dar, nesse sentido, substancial contributo. Mantenho que mui dificilmente se forjaria, agora, um texto com estas anomalias, susceptíveis de serem levadas à conta de mui deficiente domínio da língua latina, nomeadamente, repito, usando um antropónimo (*Caburius*) de que há tão escassos testemunhos.

Terceira: Quanto a só agora o documento ser dado a conhecer, isso deve-se a uma série de circunstancialismos de que os arqueólogos portugueses bem conscientes estão, no que diz respeito ao mercado de antiguidades. E quantas vezes não estamos nós anos a fio na expectativa de encontrarmos elementos ou oportunidades que nos possibilitem o estudo de um documento? Quantos de nós não sabemos da existência de peças na posse de particulares, cuja análise apenas com muita 'diplomacia' se consegue levar a efeito?...

Quarta: bom sinal que também os textos epigráficos se integrem no número dos bens que vale a pena preservar e, até, falsificar. Sintoma da 'popularidade' de uma disciplina científica cujo objecto de estudo — a inscrição em material duradouro — afinal sempre foi, ao longo dos séculos, altamente considerada pelo seu elevado valor probatório como mensagem perene e imperecível⁵.

Cascais, Fevereiro de 2010

NOTAS

- ¹ Citem-se, a título de exemplo: Caballos, 2006; Grau & Hoyas, eds., 2001. Deste documento foram feitas inúmeras análises ao material, designadamente exame radiográfico, micro-análise mediante espectrometria de dispersão de energias de raios X, difracção de raios X, de modo a permitir a comparação, no que concerne à sua composição em percentagem de estanho e chumbo, com outros documentos datáveis do mesmo período cronológico.
- ² Agradeço encarecidamente ao Dr. Manuel Castro Nunes a gentileza de ter desempenhado o papel de intermediário (digamos assim), facultando-me incondicionalmente a peça para estudo. O meu reconhecimento também, por isso mesmo, a Joaquim Pessoa pela disponibilidade demonstrada. Um documento com tamanha importância histórica, como espero poder demonstrar, não poderia, de facto, não ser estudado e posto à disposição da comunidade científica, pelas oportunas questões que levanta.
- ³ É intenção de Manuel Castro Nunes apresentá-los, de colaboração com a Dra. Sara Fragoso, técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Junho deste corrente ano de 2010, em Vila Velha de Ródão, por ocasião do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu.
- ⁴ Cita como bibliografia sua: Beltrán (2006a, 2006b). Anuncia-me também o texto “Las téseras pagánicas y la organización de los distritos rurales municipales”, a publicar in M. Cebeillac-Gervasoni, ed. - *Le quotidien institutionnel des cités*, Paris, e que tem entre mãos um outro para o próximo número de *Epigraphica*, em que se distancia da interpretação dada por Joaquín Gómez-Pantoja (2009).
- ⁵ Este estudo integra-se no projecto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1966) - *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad.
- BATTLE HUGUET, Pedro (1946) - *Epigrafía latina*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- BELTRÁN LLORIS, Francisco (2003) - Una variante provincial del *hospitium*: pactos de hospitalidad y concesión de la ciudadanía local en la Hispania Tarraconense. In ARMANI, Sabine; HURLET-MARTINEAU, Bénédicte; STYLOW, Armin U., eds. - *Epigrafía y sociedad en Hispania durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones sociales*. Madrid: Casa de Velázquez; Alcalá de Henares: Universidad, pp. 33-56.
- BELTRÁN LLORIS, Francisco (2006a) - An irrigation decree from Roman Spain: the *Lex Rivi Hiberiensis*. *The Journal of Roman Studies*. London. 96, pp. 147-197.
- BELTRÁN LLORIS, Francisco (2006b) - Rural communities and civic participation in Hispania during the Principate. In MARCO SIMÓN, Francisco; PINA POLO, Francisco; REMESAL RODRÍGUEZ, José, eds. - *Repúblicas y ciudadanos: modelos de participación cívica en el mundo antiguo*. Barcelona: Universitat, pp. 257-272.
- CABALLOS RUFINO, Antonio (2006) - *El nuevo bronce de Osuna y la política colonizadora romana*. Sevilla: Universidad.
- CIL II = HÜBNER, Emil (1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: Georg Reimer.
- CIL II Suppl. = HÜBNER, Emil (1892) - *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Hispaniae Latinae Inscriptionum Supplementum*. Berlin: Georg Reimer.
- CURADO, Fernando Patrício (2008) - Epigrafia das Beiras: notas e correcções 2. *Eburobriga*. Fundão. 5, pp. 129-130.
- DELGADO DELGADO, José A. (2000) - Los sacerdotes de rango local de la provincia romana de Lusitania. *Conimbriga*. Coimbra. 39, pp. 107-152.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1991) - Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende. *Biblos*. Coimbra. 67, pp. 177-205.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1998) - Politicamente falsários. In *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva, pp. 29-56 < <http://hdl.handle.net/10316/12501> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2007-2008) - Uma inscrição romana de Évora forjada por André de Resende. *A Cidade de Évora*. Évora. II série. 7, pp. 213-218 < <http://hdl.handle.net/10316/10235> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) - Dos monumentos epigráficos da *civitas Igaeditanorum*. *Praça Velha*. Guarda. 26, pp. 161-171 < <http://hdl.handle.net/10316/12236> >.
- ÉTIENNE, Robert (1990) - Le culte impérial, vecteur de la hiérarchisation urbaine. In *Les villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 215-231.
- ÉTIENNE, Robert; LE ROUX, Patrick; TRANOY, Alain (1987) - La tessera hospitalis, instrument de sociabilité et de romanisation dans la Péninsule Ibérique. In THELAMON, Françoise, ed. - *Sociabilité, pouvoirs et société. Actes du colloque de Rouen 24-26 novembre 1983*. Rouen: Université, pp. 323-336.
- GÓMEZ-PANTOJA FERNÁNDEZ SALGUERO, Joaquín L. (2009) - No siempre la inscripción es lo más importante: un bronce de Gallur (Zaragoza) y las *tésereae pagi*. In RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco, ed. - *Hispania y la epigrafía romana: cuatro perspectivas*. Faenza: Fratelli Lega, pp. 83-131.
- GRAU LOBO, Luis; HOYAS DÍEZ, José Luis, eds. (2001) - *El Bronce de Bembibre: un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C.* Museo de León. León: Junta de Castilla y León.

- HERNANDO SOBRINO, María del Rosario (2005) - *Epigrafía romana de Ávila*. Bordeaux: Ausonius; Madrid: Archivo Epigráfico de Hispania.
- IRCP = ENCARNÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- MAÑANES PÉREZ, Tomás (1982) - *Epigrafía y numismática de Astorga romana y su entorno*. León: Universidad.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros; RAMÍREZ SÁDABA, José Luis, eds. (2003) - *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.
- RESENDE, André de (1593) - *Libri quatuor de antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: Martinus Burgensis = FERNANDES, Raul M. Rosado, ed. (1996) - *As antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RESENDE, André de (1783³) - *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. 3.^a edição (1573¹). Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira [Incluída no volume *Obras portuguesas*. Lisboa: Sá da Costa, 1963, pp. 1-69].
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio, ed. (1996) - *Lucus Augusti. I: el amanecer de una ciudad*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983) - *As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia): contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga*. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 1, pp. 9-26.
- VALLEJO RUIZ, José María (2005) - *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.